

Diário do Legislativo de 25/07/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

2 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 24/7/2009, as seguintes comunicações:

Do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, notificando o falecimento do Sr. Vinicius Ferreira, ocorrido em 18/7/2009, em Ouro Fino. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Sávio Souza Cruz, notificando o falecimento do Sr. Luciano França Fonseca, ocorrido em 22/7/2009, em Curvelo. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Tiago Ulisses, notificando o falecimento do Sr. Amâncio José do Couto, ocorrido em 21/7/2009, em Divinópolis. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Tiago Ulisses, notificando o falecimento da Sra. Leila Maria de Souza Lima, ocorrido em 19/7/2009, nesta Capital. (- Ciente. Oficie-se.)

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

Correspondência

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 24/7/2009, a seguinte correspondência.

OFÍCIOS

Do Sr. Ezequiel Souza do Nascimento, Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho, comunicando a transferência dos recursos financeiros que menciona, relativos ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem. (- À Comissão do Trabalho.)

Da Sra. Elbe Figueiredo Brandão, Secretária Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas, encaminhando nota técnica em que presta esclarecimentos sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã. (- À Comissão do Trabalho.)

Do Sr. Maurício Campos Jr., Secretário de Defesa Social (4), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 3.740/2009, da Comissão de Direitos Humanos; 3.758/2009, do Deputado Weliton Prado; 3.868/2009, da Comissão de Participação Popular; e 3.987/2009, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Gilman Viana, Rodrigues, Secretário de Agricultura (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 3.844/2009, da Comissão de Política Agropecuária, e 3.865/2009, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Márcio Antônio Portocarrero, Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura (2), comunicando a celebração dos convênios que menciona, bem como a liberação dos respectivos recursos. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Cláudio Augusto Boschi, Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região- Minas Gerais, confirmando a presença do Sr. Emerson Silami Garcia, representando esse Conselho, em reunião nesta Casa.

Do Sr. Wilson Dornelas Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Monte Carmelo, encaminhando cópia do Detalhamento de Receitas e Despesas dessa Casa Legislativa. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.838/2009, da Comissão Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional.

Do Sr. Afonso José de Andrade, Juiz de Direito, agradecendo manifestação de aplauso formulada por esta Casa em atenção a requerimento do Deputado Ademir Lucas pelo recebimento do Título de Cidadão Honorário do Município de Sarzedo.

Do Sr. Márcio Nunes, Diretor-Presidente da Copasa-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.439/2009, do Deputado Doutor Viana.

Do Sr. Luiz Otávio Ziza Valadares, Diretor Vice-Presidente no exercício da Presidência da Copasa-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.946/2009, do Deputado Carlin Moura.

Do Sr. Luís Márcio Araújo Ramos, Presidente da Fhemig, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.490/2008, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.490/2008.)

Da Sra. Luciana Marques Coutinho, Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região (substituta), prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.933/2009, da Comissão Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional.

Da Sra. Fabiana de Lima Leite, Superintendente de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Defesa Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.856/2009, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Luciana Nobre de Moura, Corregedora da Secretaria de Defesa Social, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Segurança Pública encaminhado pelo Ofício nº 1.542/2009/SGM.

Da Sra. Ana Cristina Camargos Bicalho Magri, Gerente Administrativa da Superintendência Regional Norte de Minas da CEF, informando que o Sr. Ronaldo José Gouvêa Roggini assumiu a referida Superintendência em 9/3/2009.

Do Sr. Rodrigo Augusto Barbosa, Superintendente de Administração-Geral da Anatel, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.054/2009, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Da Sra. Darlene Silva Triginelli, Presidente do Sindicato dos Notários e Registradores de Minas Gerais, comunicando as alterações que menciona no quadro da Diretoria desse Sindicato.

Do Sr. Antônio Marcos Pereira, Presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, encaminhando ofício do Sr. Marcelo Armstrong da Silva, Diretor da sub-sede desse Sindicato em Juiz de Fora, e solicitando sejam enviados esforços junto ao Governador do Estado e ao Secretário de Defesa Social com vistas a solucionar os problemas que menciona, relativos à Polícia Civil no referido Município. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Do Sr. Breno Henrique Avelar de Pinho Simões, Chefe de Gabinete do Secretário de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.654/2009, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Marcelo Brito, Chefe do Cartório da 213ª Zona Eleitoral, prestando informações relativas ao Requerimento nº .938/2009, da Comissão Direitos Humanos.

Da Sra. Marieta de Moraes Ferreira, Diretora Executiva da Editora Fundação Getúlio Vargas, encaminhando exemplar da obra " Cartório de protesto: uma análise dos aspectos jurídicos e econômicos".

Da Viação Ubá Transportes Ltda., encaminhando exemplar da cartilha " Mototáxi: uma ameaça à população". (- À Comissão de Transporte.)

TELEGRAMA

Do Sr. Eugênio Pinto, Prefeito Municipal de Itaúna, manifestando pesar pelo falecimento do Sr. Fernando Diniz, Deputado Federal.

CARTÃO

Do Sr. Sérgio A. Barroso, Secretário de Desenvolvimento Econômico, encaminhando nota técnica referente ao Aeroporto Indústria, Implantação da Fase I - Aeroporto Internacional Tancredo Neves. (- Às Comissões de Turismo e de Meio Ambiente.)

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos proferidos em 16/7/2009

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, prezados visitantes, pessoas presentes, primeiramente manifesto meu constrangimento diante dessa grave questão aqui colocada, que compromete governos do Estado e a própria Assembleia de Minas. É uma questão delicada, que exige revisão de nossas posições e relações dentro desta Casa. Fico muito preocupado com essa situação. Nosso papel aqui é importante, digno e fundamental para a construção do Estado Democrático de Direito e de justiça. Da forma como as coisas estão, parece-me, as relações não ajudam.

O segundo ponto a ser tratado aqui diz respeito aos exames médicos exigidos para aquisição da Carteira Nacional de Habilitação - CNH. Parabeno todos os trabalhadores presentes e digo-lhes que o Estado tem de analisar essa questão com mais carinho, com mais zelo e com mais transparência. Constituíram-se várias clínicas para ampliar o sistema de exames, mas falta controle, fiscalização e seriedade nesse processo. Espero que evoluamos e que o Estado de Minas Gerais seja exemplo de bom trabalho e de transparência na prestação de importante serviço no próprio Estado e no País.

Todos sabemos que hoje o trânsito e o tráfego no Brasil são quase uma situação de guerra. Milhares de pessoas sofrem as consequências dos acidentes, que já se transformaram numa verdadeira situação de saúde pública. Por isso temos de analisar esse problema com muito carinho, considerando que a maior parte dos acidentes ocorre não só pelas estradas mal sinalizadas e esburacadas, pelos defeitos das estradas, pela sinalização deficiente e pela má conservação de alguns veículos, mas também e fundamentalmente por falha humana. Assim, é importante que nesse processo haja um componente pedagógico, orientador, disciplinador, eficaz e efetivo de informação e conscientização dos nossos motoristas brasileiros. Destaco o papel do Detran no desenvolvimento e na aplicação de uma política para a conquista da CNH, não só com capacidade técnica, mas também com responsabilidade na defesa da vida e da saúde da população.

Em terceiro lugar, ressalto a importância do debate e da discussão que fizemos, até mesmo numa comissão criada para isso, quando todos os participantes cumpriram um papel importante.

De modo muito especial, quero parabenizar a Assembleia de Minas, os parlamentares mineiros e, de modo especialíssimo, o Conselheiro eleito por esta Assembleia, Deputado Sebastião Helvécio. Esta Casa tem a prerrogativa de escolher entre seus pares quem comporá o Tribunal de Contas. Qualquer um de nós - ficou explícito na competição que se fez recentemente - pode candidatar-se ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas. Colocado o nome, seremos escolhidos pelos nossos pares. Pela primeira vez na história de Minas, um parlamentar, desejando ser Conselheiro do Tribunal de Contas, preparou-se para isso. Fez curso de pós-graduação, de especialização, de capacitação. O Deputado Sebastião Helvécio está acadêmica, intelectual, cívica e politicamente preparado para ser um bom Conselheiro do Tribunal de Contas e honrar todos os que o escolheram, honrar a Assembleia Legislativa, que o elegeu Conselheiro do Tribunal de Contas. Desejo ao Deputado Sebastião Helvécio, futuro Conselheiro, que tenha muita força, muita saúde para cumprir um papel que, não tenho dúvida, irá honrar esta Casa.

A outra questão que quero expor é a seguinte: a minha preocupação, penso que a preocupação de muitos de nós, principalmente nós que estamos lidando com a questão da saúde há muito tempo, com um problema que pode tornar-se grave e alarmante. Não é tempo de nos alarmarmos com a questão da gripe suína, a chamada influenza A H1N1. A gripe que está aí começou no México e nos Estados Unidos e expandiu-se pelo mundo inteiro, para dezenas de países. Não é tempo de alarme, mas é tempo de alerta, por isso quero solicitar de modo especial ao Presidente da Assembleia e aos demais Deputados que coloquem esta Casa, principalmente os nossos instrumentos de comunicação, a TV Assembleia, que hoje atende mais de 300 cidades, a serviço de todas as cidadãs e todos os cidadãos mineiros, com as informações necessárias sobre os riscos, a situação de infectabilidade, a forma de cuidar da própria saúde e da dos outros, o que o Estado está fazendo, enfim, prestar todas as informações necessárias para que cada um possa cuidar de si e dos outros para prevenção e, no caso de uma eventual infecção pela gripe suína, quais medidas deverão ser tomadas, como buscar apoio e o que se deve fazer para recuperar a saúde e preservar a vida.

Não é sinal de alarme, mas é sinal de alerta dizer que, se essa gripe se espalha com grande intensidade e com grande velocidade em nosso Estado, não temos estrutura suficiente para atender de imediato todas as pessoas em uma grande epidemia. Por isso, quero também chamar a atenção de todos os governos, federal, estadual e municipal, do sistema de saúde e do sistema de saúde pública do nosso País para colaborar, contribuir de maneira efetiva para informar, orientar e conscientizar as pessoas do cuidado que devem ter para prevenir e cuidar da vida e da saúde. Quero deixar registrado aqui, pedir o empenho especial da TV e da Rádio Assembleia, fazer a comunicação com outros parceiros para divulgarmos em tempo. Sei que a vinda do Estudantes a Minas Gerais deixou muito sofrimento para uma boa parte da sociedade; para outros, alegrias.

Alguns não se alegram apenas com a vitória do seu time, mas também com a derrota do adversário. Entendemos isso. O que pode acontecer é que a vinda do pessoal da Argentina, país que também é foco de gripe suína e onde a letalidade é expressiva, pode indicar outras sequelas muito mais graves, porque não compromete apenas o sentimento da torcida, mas também a saúde das pessoas. E não é porque estiveram no Mineirão, e sim em hotéis, "shoppings", ruas e diferentes locais. A Vigilância Sanitária e Epidemiológica deve ficar alerta neste momento, para cuidarmos de Belo Horizonte de forma especial.

O Deputado Délio Malheiros (em aparte) - Deputado Adelmo Carneiro Leão, V. Exa. aborda em boa hora esse assunto da gripe suína. Digo-lhe que já estive com o Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, certo dia na Secretaria de Saúde, quando fomos buscar um apoio maior, um incentivo do Estado, dos Municípios e do governo federal para o Hospital de Clínicas, que é um hospital de ponta, respeitado, tem excepcionais médicos. Destaco a figura do Prof. Sebastião Gusmão, que vem lutando para dotar esse hospital de estrutura mínima para atender à população de Belo Horizonte na chamada medicina de ponta. Esse hospital, Deputado, onde falta absolutamente tudo - instrumentos, equipamentos, mão de obra -, atende a medicina com o mais elevado grau de conhecimento e merece, pois, uma atenção especial de todos, principalmente agora com essa gripe do vírus H1N1. V. Exa. tem razão de se preocupar. Não é caso para alarme, mas para prevenção.

Gostaria de tomar um pouco mais do seu tempo para dizer aos funcionários do Detran, da Polícia Civil, que, quanto à banca examinadora, conseguimos sensibilizar o governo sobre uma emenda extremamente importante, que passa para 80 horas, porque a redução para 60 horas prejudicaria os serviços relativos aos exames feitos no Detran. Creio, portanto, que essa questão será superada nas próximas horas, sendo restabelecidas as 80 horas. É um respeito a esses trabalhadores, que contaram com a sensibilidade do governo do Estado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Gostaria de dizer ao Deputado Délio Malheiros que toda a Bancada do PT-PCdoB está plenamente de acordo com essa orientação. Segundo as suas palavras, do ponto de vista dos recursos necessários para prestação dos serviços de saúde, quero dizer às Deputadas e aos Deputados que votaremos amanhã a LDO, em que está explícita emenda da Bancada do PT-PCdoB assegurando recursos previstos pela Emenda à Constituição nº 29, de forma que o Estado garanta aos serviços de saúde 12% de seus recursos. Aí, sim, teremos mais equipamentos, melhor estrutura, logística mais adequada para atender à população, além de dignificar os trabalhadores dessa área. Enfim, teremos recursos mínimos - não são os recursos necessários - para enfrentar com mais efetividade os desafios que nos levam a defender a saúde como direito de cidadania e dever do Estado.

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui com vocês e desejar aos meus colegas que, no final deste trabalho, estejamos revitalizados com as melhores energias para voltarmos, num esforço permanente para construir o Estado Democrático de Direito, de justiça e de desenvolvimento. Desejo que as nossas diferenças não diminuam o tamanho que deve ter a Assembleia de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Nossos cumprimentos aos Deputados presentes, a todos os que nos veem pela TV Assembleia e aos presentes nas galerias. Quero cumprimentar os companheiros desta Casa pelo apoio aos trabalhadores que lutam pela defesa da CNH. Estou vendo ali o Denílson Martins, nosso companheiro que está sempre atuante, o Presidente do Sindipol, Fábio, Vereador de Neves. Essa conquista que o Deputado Délio Malheiros já anunciou, o Governador está disposto a revê-la. Ela aconteceu pela luta de vocês. Se não estivessem organizados, isso não seria possível.

Quero parabenizar a Casa pela sensibilidade. O que mais sensibilizou o Governador, além do papel desta Casa? Foi a luta e a organização de vocês. Os direitos são conquistados com organização, trabalho e luta. Vocês estão sempre presentes nesta Casa, como os funcionários da Polícia Civil, que lutam pelos seus salários. Por isso, quero parabenizá-los.

Quero, ainda, parabenizar o Deputado Sebastião Helvécio por sua eleição para Conselheiro do Tribunal de Contas. A última terça-feira, 14 de julho, foi um dia histórico nesta Casa. Que se registre o evento da eleição do Deputado Sebastião Helvécio. Para nós, isso é importante. Que haja comportamentos transparentes, éticos, para que possamos honrar o povo mineiro. Esse evento e esse resultado foram extremamente importantes.

Quero lembrar ainda um fato que, para os estudantes e para o povo mineiro, é de extrema importância neste momento. Já foi divulgado pela grande mídia de Minas Gerais que amanhã, dia 17 de julho, às 23h50min, encerram-se as inscrições para o Exame Nacional do Ensino Médio - Enem. Esse Exame, que já existia anteriormente somente para avaliação dos estudantes, a partir do governo Lula transformou-se num instrumento para aquisição de bolsas de estudo em universidades particulares. Já temos em todo o País mais de 400 mil estudantes usufruindo da bolsa de estudo do ProUni. Muitos jovens não poderiam cursar Medicina ou outros cursos de alto custo, não poderiam atender à sua própria vocação se não fosse o ProUni. Queremos aproveitar a TV Assembleia, que é extremamente importante no Estado, atingindo mais de 300 Municípios, para lembrar às famílias, aos pais, aos Diretores, aos professores, aos jovens que ainda não se inscreveram para o Enem que o façam até amanhã, pelos "sites": www.enem.inep.gov.br ou www.mec.gov.br. Ao fazer a prova do Enem, o estudante estará candidatando-se à bolsa de estudo. Além disso, o Enem, desta vez, vai substituir a certificação no ensino médio. O aluno que não tem ainda o seu certificado de ensino médio pode fazer a prova do Enem. Se aprovado, poderá receber tal certificado.

Além disso, várias escolas, universidades federais - à exceção da UFMG, que adotaria a prática a partir de 2011 - utilizarão a prova do Enem como prova de vestibular. Então, o aluno, ao fazer a prova do Enem, estará também prestando vestibular para todas as universidades federais de Minas Gerais, menos a UFMG, que ainda não adotou o critério este ano, mas está cogitando adotá-lo a partir de 2011.

O exame continua obrigatório para os estudantes que concorrem aos benefícios do ProUni de bolsas de estudo de 50% e 100%. Para se inscrever pelo "site", o aluno precisa apenas do CPF, da identidade e endereço atualizado.

Então, é muito importante que ajudemos a divulgar. Faço, então, um apelo à TV Assembleia: que hoje mais vezes coloque no ar essa informação dizendo a todos os estudantes de Minas Gerais que aproveitem essa oportunidade. Em 2008 tivemos 4 milhões de inscritos. Este ano ainda não atingimos essa meta. Pode ser que a divulgação não tenha sido tão intensa como seria necessário.

Os candidatos inscritos deverão receber o cartão de confirmação da inscrição até 25 de setembro. Se não receberem, deverão procurar outras informações.

Dirigido aos estudantes da rede pública ou da rede particular, na condição de bolsistas integrais, com renda "per capita" familiar máxima de três salários mínimos, o ProUni conta com sistema de seleção informatizado impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Então, é uma conquista do estudante. Este não deve favor a ninguém. É uma conquista por meio da prova e da avaliação socioeconômica da família.

O ProUni, desde a sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2008, atendeu cerca de 430 mil estudantes, sendo 70% com bolsas integrais. Além disso, veremos que também pelo Enem avaliamos as escolas de ensino médio. Muitas de Minas Gerais foram bem avaliadas por esse sistema.

Como já disse, em 2008 tivemos 4.018.070 estudantes inscritos. Os que nos veem pela TV Assembleia procurem informar-se de detalhes sobre a inscrição para o Enem para bolsas de estudos em universidades particulares. As inscrições se encerram dia 17 de julho, às 23h59min. É um programa do governo federal que tem tido muito sucesso. Quase todas as universidades particulares já estão adotando esse convênio.

Cumprimento aos estudantes que estão fazendo cursos superiores por meio do ProUni. Aliás, houve uma avaliação de desempenho. Em 14 dos 15 cursos avaliados, os alunos que entraram pelo ProUni tiveram média superior aos que entraram pelo vestibular comum. Havia o preconceito de que alunos pobres não eram tão inteligentes quanto os outros e não conseguiriam um bom desempenho nos cursos. Pelas pesquisas, comprovamos o contrário. Os alunos de classes trabalhadoras são tão inteligentes, às vezes até mais, do que os que estudam em escolas particulares cujas famílias têm situação financeira melhor.

Também gostaria, Sr. Presidente, de registrar que no dia de ontem, 15 de julho, fizemos uma reunião na Escola do Legislativo com movimentos sociais que defendem a promoção da igualdade racial. Tivemos a participação do nosso companheiro Deputado Adelmo Carneiro Leão e do Paulo Sérgio, assessor do Deputado João Leite.

Estavam presentes representantes de várias cidades - Betim, Belo Horizonte, Santa Luzia - e de entidades que defendem a promoção da igualdade racial. Lá definimos o relançamento da frente parlamentar. Quero aproveitar para convidar as Deputadas e os Deputados que assinaram pela criação dessa frente na legislatura passada, para, agora, fazermos o seu relançamento.

Além disso, foi definido que teremos um fórum permanente de debate sobre a questão da igualdade racial. Este ano houve a 2ª Conferência Nacional da Igualdade Racial, de 25 a 28 de junho, na qual tive a honra de representar esta Casa. Houve também a conferência estadual, de 22 a 24 de maio, no Estado.

Para que tenhamos uma verdadeira democracia, de respeito aos direitos de todos os cidadãos, temos de garantir esses direitos relativos à igualdade racial. Historicamente sabemos que negros e negras sempre foram excluídos, e nós, brancos, temos uma dívida social com eles. Portanto, temos de dar essa contribuição, não com disputa ou conflito, mas com a construção da fraternidade, de direitos iguais.

Outro assunto que quero pautar se refere a um ofício que recebi do Conselho Regional de Psicologia. Nele se questiona a construção de um complexo penitenciário para 3.040 detentos em Ribeirão das Neves. Lembro-me bem da época da construção do Ceresp de Betim: defendíamos uma Apac, mas não conseguimos que ela fosse implantada. Hoje temos um Ceresp para 400 detentos, onde estão mais de mil detentos, e 90% deles são jovens.

Temos de concordar com o Conselho Regional de Psicologia: não se concebem mais grandes penitenciárias nem instituições para internações de jovens e crianças que não têm famílias estruturadas, agora isso é feito por meio de famílias substitutas de, no máximo, 10 crianças. Para ressocialização, precisamos de Apacs. Precisamos que cada Município, cada comarca assumam seus detentos para a ressocialização, e - repito - não de grandes penitenciárias.

Nesse aspecto, o governo de Minas Gerais está na contramão da história. Quanto à defesa das Apacs, queremos elogiar o Desembargador Joaquim Alves de Andrade e a Secretaria de Defesa Social pelo apoio que tem sido dado. Temos de reconhecer e elogiar esse apoio, mas, ao

mesmo tempo, não podemos aceitar que se construa um grande complexo penitenciário. O povo de Ribeirão das Neves, sobretudo os movimentos sociais, estão questionando e se movimentando contra essa construção, e eles têm razão. A Deputada Gláucia Brandão está aqui - não conversei com ela sobre o assunto, mas creio que ela entenderá e apoiará o nosso questionamento. Por quê? Porque lá em Neves já temos uma penitenciária. Sabemos que são necessárias ao Estado, mas também sabemos do sacrifício feito pelo Município. E agora, construir mais penitenciárias, ainda mais no mesmo Município? Creio que lá eles precisam é de uma Apac, pois não deve haver. Creio que cada Município, junto ao governo do Estado, tem de estudar sua situação e não transferir tudo para uma cidade só, seja qual for, principalmente para uma cidade da Região Metropolitana que já dá sua contribuição: já tem uma penitenciária. Não é possível aumentar essas vagas, porque a que existe lá tem 3.040 detentos.

Quando isso aconteceu em Betim, fui procurada pela PUC para darmos uma coletiva contra a implantação da penitenciária. Questionei a situação, ajudei, mas não dei a coletiva. Hoje me arrependo de não ter dado essa coletiva, por quê? Porque, de fato, esse não é o melhor caminho, Deputada Gláucia Brandão. Acredito que cada comarca, cada Município tem de assumir os seus detentos, e não acumular tudo apenas em uma cidade, ainda mais em grande número.

Então, queremos fazer aqui esse apelo; queremos apoiar o ofício e a iniciativa do Conselho Regional de Psicologia, questionando essa situação. Depois da penitenciária construída, a solução será mais difícil.

Portanto, antes de entrarmos em recesso, registramos essa situação, pois não pretendemos ser omissos. Depois ninguém poderá dizer que não demos nossa contribuição, que não avaliamos que o caminho não é esse. No Brasil, o sistema penitenciário está falido e, diante disso, temos de encontrar saídas, soluções, e não apresentar mais problemas. Entre as saídas lógicas, citamos as Apacs construídas em cada cidade deste Estado, para, somando, resolvermos o problema. Nesse caso, haveria penitenciárias somente para algumas exceções, e não para a maioria dos detentos, que precisam é de ressocialização. Eles, na verdade, são vítimas da sociedade que está aí. Por causa do tráfico de drogas, do desamparo das famílias, os jovens estão indo para as cadeias. Temos de trabalhar na área da prevenção. Ao invés de construir grandes penitenciárias, devemos investir mais nas políticas públicas de prevenção à violência, à droga e à criminalidade.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia, antes mesmo de abordar o tema que me trouxe a esta tribuna, quero parabenizar os examinadores do Detran, que se fazem presentes nas galerias, pela luta e organização. Certamente apoiaremos não só os outros Deputados que estão nessa luta com os examinadores, mas também a votação da emenda, em todos os momentos, seja nas comissões, seja no Plenário, para que os examinadores garantam esse pleito, que, na verdade, Sr. Presidente, não é apenas uma iniciativa do examinador, mas também atende o interesse público, ou seja, atende à chamada supremacia do interesse público, muito bem tratada no direito administrativo. Quando falamos da supremacia do interesse público é porque uma carga horária de apenas 60 horas semanais é insuficiente para os examinadores atender à população de Minas Gerais. Nesse caso, o prejuízo será do cidadão, porque, da mesma forma que a carteira de identidade é necessária para se conseguir um emprego, inscrever-se em diversos órgãos públicos ou fazer qualquer outro tipo de encaminhamento, a carteira de habilitação é um instrumento que, em vários casos, garante a muitos pais de família o ganha-pão. Portanto é necessário que a sociedade contemporânea perceba que essa parte do Detran deve obter uma resposta imediata no tocante à celeridade dos exames e avaliações dos motoristas, e, conseqüentemente, na entrega da carteira de habilitação. Os examinadores da banca do Detran, mesmo exercendo a função policial, cargo efetivo de sua carreira, exercem, acima de tudo, esse papel de extrema relevância social, que é a avaliação do condutor de um veículo para posterior expedição da sua Carteira Nacional de Habilitação. Portanto contem com o nosso apoio, com o nosso empenho, como o fizeram aqui, em 2005, durante a votação do Projeto de Lei nº 158, que tratou da transformação do cargo de 891 Carcereiros para Agente de Polícia, bem como das promoções das classes iniciais aos 10 anos na carreira. E também quando pessoalmente empenhei-me para que acabássemos com o famigerado quadro suplementar da Polícia Civil, permitindo a oxigenação da carreira, assim como nos empenhamos para a aposentadoria do policial civil aos 30 anos de serviço. Foi feita uma festa maravilhosa neste Plenário, acompanhada pelo Sindepominas, pelo Sindpol e por tantas outras entidades de classe. Então quero, Sr. Presidente, antes de abordar o tema, dizer do nosso empenho, da nossa responsabilidade em estar aqui apoiando a proposta de emenda ao projeto do Poder Executivo para que sejam ajustados os termos, a fim de que o cidadão não fique sem sua carteira de habilitação. É bom que o Dr. Oliveira Santiago tenha consciência disso, como Chefe do Detran, e junto ao Dr. Marco Antônio Monteiro e ao Vice-Governador, Prof. Antônio Anastasia, não permitam que esse projeto passe aqui sem o ajuste das horas-aula praticadas pelos examinadores do Detran. Portanto encerramos esta etapa da nossa fala, dizendo que estaremos aqui cientes, acompanhando o projeto, dando todo o apoio, inclusive alertando outros Deputados da necessidade de se adequar a carga horária por aula dos examinadores do Detran.

Quero, Sr. Presidente, trazer um assunto que, a princípio, pode parecer específico para alguns, mas, para nós, que acompanhamos as carreiras policiais em Minas Gerais, não é. Há cerca de duas semanas, realizamos uma audiência pública aqui, na Assembleia, na Comissão de Saúde, presidida pelo Deputado Carlos Mosconi e composta por diversos Deputados desta Casa, que também têm no seu ofício a medicina, inclusive meu ilustre companheiro Deputado Adelmo Carneiro Leão. O Sd. Paulo Eduardo Eulálio, que está com sérios problemas de saúde, compareceu à audiência pública e relatou-nos que sofreu uma cirurgia pela qual foi-lhe colocado um marca-passos. Trata-se de uma pessoa que vem passando por uma série de dificuldades. Alguns - e, graças a Deus, apenas alguns - dos Comandantes do nível intermediário da Polícia Militar ainda se sentem no direito de tratar aquele policial militar que está com problemas de saúde como se fosse uma pessoa que estivesse enganando a administração da sua unidade. Infelizmente ainda paira, Deputado Adelmo Carneiro Leão, a cultura de alguns Comandantes de que o policial militar tenha ido ao médico e esteja dando o famoso chapéu, esteja fingindo ou simulando uma doença.

Esse caso foi tratado na Comissão. O Soldado sofreu 15 comunicações disciplinares por falta de serviço, mas estava com uma licença de saúde. Porque não dava conta, pelo seu estado clínico, de ir à unidade fazer a homologação dessa licença de saúde, sofreu essa penalidade. Sofreu as comunicações, foi julgado internamente, no âmbito administrativo, à revelia, e foram descontados 2 meses e 10 dias do seu pagamento. O Sd. Paulo Eduardo Eulálio é casado - esteve lá com sua esposa e com sua filhinha menor - e tem sete filhos. Em face do desconto em seu pagamento, foi despejado de sua casa, os filhos estão passando extrema necessidade de alimentação, e a burocracia, a perseguição e a falta de compromisso do Comandante da sua unidade em atender um policial com dificuldades em sua saúde praticamente o levaram a piorar seu estado clínico. O cidadão sente tanta raiva, tendo de passar pelos trâmites burocráticos, sofrendo as perseguições, que acaba piorando seu quadro de saúde, Deputado Adelmo Carneiro Leão - V. Exa., como médico, sabe melhor do que este Deputado.

Pasmem, senhores e senhoras, ele foi ao Judiciário, que anulou as punições. Obviamente não seria diferente porque, depois de o advogado recorrer do caso, juntando atestado médico e documentos, certamente que seria anulado. Mas até hoje não lhe foram pagos os dois meses e dez dias de salário que deixou de receber como punição.

No caso, Deputado Adelmo, as perseguições continuaram. No dia 10 de julho esse Soldado compareceu à clínica onde recebe tratamento de um cardiologista e de um psiquiatra e foi licenciado por 90 dias. Como há alguns Comandantes de batalhões da Polícia Militar que se arvoram da condição de médicos, embora não tenham formação na área de medicina, passam a dar ordens ao médico da sua unidade para que aquele Tenente, 2º-Tenente, 1º-Tenente e Capitão que estão subordinados ao Ten.-Cel. Comandante da unidade cortem as licenças dos policiais. Eles colocam na cabeça que todo policial está fingindo ou simulando doença.

Esse Soldado, que pertence à Companhia de Missões Especiais aqui em Contagem, foi à clínica, e foi licenciado por 90 dias. Ao chegar à sua unidade, foi recomendado pelo Tenente médico que, pelo número de dias de licença, ele deveria comparecer à Junta Central de Saúde.

Deputado Adelmo, não posso chamá-la de Junta Central de Saúde. É a junta central presidida pela Sra. Cel. Maria de Lourdes, que está acabando por adoecer e matar policiais e bombeiros no Estado.

Esse Soldado, ao tentar homologar a sua licença de 90 dias, teve apenas seis dias homologados. Agora, tenho de recorrer a V. Exa., Deputado Adelmo, que é médico, e também ao Deputado Carlos Pimenta, que é do meu partido: será que esses médicos que homologaram a dispensa desse Soldado continuam entendendo que ele está fingindo depois de uma cirurgia para colocação de marcapasso? Será que não foi o bastante o prejuízo, o trauma que ele sofreu, o desgaste psicológico de ver a sua família despejada?

Essa tal de Junta Central de Saúde da Polícia Militar aqui de Minas Gerais, presidida pela Sra. Cel. Maria de Lourdes, também médica, está acabando de matar os policiais. Trouxemos essa denúncia aqui para a audiência pública. O Comandante-Geral da Polícia Militar não tem feito nada para mudar esse quadro.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte)* - Deputado Sargento Rodrigues, sem fazer nenhum julgamento de valor ou prejulgamento, quero fazer uma proposta a V. Exa.: levar à Junta Central de Decisão, aos médicos que analisam e conferem os atestados de licença. A minha sugestão é que todas as vezes em que houver um conflito entre uma decisão primária e essa Junta, a decisão deveria ou deverá, até por um princípio de respeito ao médico que originariamente tenha concedido o atestado, ocorrer em conjunto. Isso proporcionaria todos os argumentos de defesa.

É muito ruim, na área médica ou em qualquer outra área, que haja decisões conflitantes, tão distantes assim. Alguém decide por 90 dias de licença, mas vem uma outra decisão para conceder apenas 6 dias de licença. A diferença é muito significativa. É preciso - e isso se faz através do aprendizado ou de uma relação com a participação de todos -, é possível uma conciliação ou uma solução justa e correta se houver a participação de todos.

Em defesa da democracia, proponho a decisão coletiva em que sempre que o médico que for contrariado em sua decisão primária seja convidado a participar da decisão seguinte.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Agradeço-lhe, Deputado Adelmo.

Estamos aqui, Deputado Adelmo Carneiro Leão, com o atestado da clínica conveniada, onde o Soldado compareceu falando dos 90 dias, e com o documento reservado da junta central, não de saúde, mas da junta central que o está adoecendo mais ainda, pelo fato de estar sofrendo ingerências, inclusive de Coronéis, que não são do quadro de saúde, para não homologar dispensas tão longas. Esse é o apelo. Foi por isso que disse ao Cel. Renato Vieira de Souza - tenho enorme respeito pela sua pessoa -, o Comandante-Geral da Polícia Militar, que, todas as vezes que fosse necessário divergir de atos praticados pela administração da Polícia Militar, nós víriamos a esta tribuna.

Se esse Soldado continuar sendo perseguido, de forma explícita, pela própria junta central, ele vai é morrer do coração, porque já está fazendo uso de marcapasso. A sua família irá visitá-lo no cemitério. Vou continuar trazendo não só esse caso à Cel. Maria de Lourdes, à Comissão de Saúde e ao Conselho Regional de Medicina. Também estaremos atuando junto ao setor jurídico, visto que há um dano moral decorrente das perdas, das perseguições e da incompetência que esse Soldado sofreu ao deixarem pessoas estranhas ao quadro de saúde fazer ingerências e praticar desmandos dentro da junta central.

Concluindo, Sr. Presidente, quero dizer que estaremos disponibilizando advogado para que ela seja chamada ao polo passivo da ação, e essa é a orientação que dou aos policiais, que chamem não só o Estado, mas também o responsável direto no polo passivo da ação. A partir do momento em que essas pessoas começarem a ser ouvidas no fórum, elas pensarão duas vezes antes de praticar uma crueldade, uma injustiça, como a que estão fazendo com esse policial. São essas as nossas considerações.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, em cuja pessoa cumprimento os Deputados e as Deputadas presentes e os convidados que aqui estão, funcionários da Polícia Civil e do Detran, que, de maneira democrática e legítima, vêm reivindicar um direito já consolidado e constituído. Faço minhas as palavras do Deputado Sargento Rodrigues, membro do meu partido, o PDT, para que possamos interferir da melhor maneira possível e resguardar os direitos adquiridos de cada um de vocês. Também cumprimento a imprensa e, de maneira muito especial, quero trazer os meus cumprimentos à população de São João do Paraíso, cidade em que amanhã estaremos acompanhando o Vice-Governador, Prof. Anastasia.

Em São João do Paraíso iremos inaugurar e anunciar várias obras, por isso hoje farei um pronunciamento diferente. Geralmente falamos para todo o Estado e para todas as regiões, mas, de forma muito específica e com muita satisfação e alegria, queremos nos dirigir diretamente à população de São João do Paraíso. Amanhã, às 12 horas, acompanharemos o Prof. Antônio Augusto Anastasia à região do Norte de Minas, quase na fronteira com a Bahia, para fazer a inauguração da estrada de Taiobeiras a Rio Pardo de Minas e de Taiobeiras a São João do Paraíso, a Rodovia Vereador José de Souza Sobrinho, consolidando, dessa forma, um grande sonho de toda aquela população.

Cumprimento, de uma maneira muito especial, o Prefeito José de Souza Nelci, o companheiro Souza; o Toninho, Vice-Prefeito; os Vereadores, as lideranças e a população de São João do Paraíso. Até então, essa era uma das grandes cidades do Estado, uma cidade importante de Minas Gerais, mas estava praticamente esquecida no Norte de Minas, quase na divisa da Bahia.

Além do Processo, da inauguração dessa estrada, dentro de alguns dias estaremos também na cidade de Ninheira, inaugurando a estrada que vai de São João do Paraíso a Ninheira, um outro grande sonho realizado pelo Governador Aécio Neves. Queremos também dizer que amanhã faremos uma visita à Barragem de Peão, maior obra dos governos federal e estadual, que está sendo realizada por meio da Ruraminas. Essa é uma obra de mais de R\$150.000.000,00, que irá perenizar o Rio São João, que hoje dá suporte e alimentação a mais de 1.500 famílias. Todo ano, nesta época, em torno de agosto, setembro, esse rio seca, o que traz um prejuízo enorme à população do Alto Rio Pardo. Faremos, então, essa visita ao Rio São João e à Barragem de Peão, a qual o Vice-Governador Anastasia faz questão de visitar.

Também assinaremos a ordem de serviço - um trabalho maravilhoso do Prefeito Souza - da construção de 50 casas populares pela Cohab. Abro parênteses para saudar toda a equipe técnica da Cohab, na pessoa do Secretário Dilzon Melo e também na do companheiro

Sebastião Navarro, Presidente da Cohab, ex-Deputado Estadual, ex-Deputado Federal, ex-Prefeito de Poços de Caldas. A Cohab está fazendo um trabalho magnífico em Minas Gerais: todos os meses, está inaugurando conjuntos habitacionais com 50, 100 casas. Amanhã São João do Paraíso assinará a construção de 50 casas populares, que serão distribuídas à população carente, pelas normas da Cohab, o que certamente trará um benefício enorme às famílias. Tenho dito que o mais importante benefício que a população pode receber é a casa popular: é o cidadão receber a chave da sua casa, entrar nela. A Cohab está prestando esse grande serviço ao Estado. Aliás, o governo federal, no programa Minha Casa Minha Vida, deveria usar o "know-how" da Cohab, a experiência que ela tem. Só em Minas, serão construídas 100 mil casas, que, com certeza, se forem entregues nas mãos de empreiteiras sem experiência, sem essa vivência social que a Cohab tem, darão errado. Fica a

sugestão. Até já levamos à Ministra Dilma e ao Presidente Lula a sugestão para que utilizem a estrutura da Cohab de Minas e construam 100 mil casas para a população carente.

Também destaco um trabalho fantástico na saúde que está sendo feito em São João do Paraíso. O Prefeito Souza prioriza verdadeiramente a saúde. Amanhã o Prof. Anastasia também dará a ordem de serviço para a construção de uma unidade básica de saúde e outros recursos, como a entrega de uma ambulância e equipamentos para os postos de saúde já construídos na sede e em todos os distritos. É muito bonito o trabalho que está sendo feito pelo nosso Prefeito e pelo Sr. José Pedro, Secretário Municipal de Saúde e companheiro. Eles estão fazendo da saúde pública de São João do Paraíso um exemplo: lá 100% da população tem cobertura do Programa Saúde da Família. Esse é um exemplo que precisa ser seguido por muitos outros Municípios que não conseguiram avançar nem chegar ao "status" a que chegou aquela cidade.

Outro sonho dessa cidade que será realizado em breve: daqui a pouco, irei ao Tribunal de Justiça conversar com o Desembargador Tiago e com o Desembargador Sérgio Resende, Presidente, para que agilizemos a instalação da Comarca de São João do Paraíso. Vai ser a única comarca instalada em Minas Gerais autorizada pelo Tribunal de Justiça, pelos Desembargadores, em 2009. Isso graças a uma presença constante, em que realizamos inúmeras audiências públicas, e ao trabalho da Prefeitura, que já construiu o prédio do fórum, do Delegado e do Promotor, e as residências do Juiz, do Promotor e do Delegado. Essa é uma forma de a Prefeitura auxiliar o Tribunal de Justiça, contribuindo para a instalação dessa comarca. Tenho a certeza de que até dezembro deste ano ou, se nada der certo, em março do próximo ano estaremos presenciando a instalação da Comarca de São João do Paraíso. Hoje, as pessoas da cidade têm de ir ao Município vizinho de Rio Pardo de Minas, a mais de 150km, para cuidar de um processo e ter acesso à Justiça, quando São João do Paraíso tem todas as condições para isso.

Também vamos passar à mão do Prof. Anastasia a solicitação de criação de um pelotão da Polícia Militar. Tenho em mão um boletim da Polícia Militar de São João do Paraíso expedido há mais ou menos 10 dias, em que se mostra o aumento da criminalidade na região, nessa cidade, até então pacata, sem nenhum problema. Os gráficos mostram que até o ano passado o crescimento da criminalidade e a ocorrência de crimes violentos estavam em níveis razoáveis, em níveis baixos, mas só no primeiro trimestre deste ano tivemos mais de 300% de crescimento na ocorrência de crimes violentos e de atentados contra a população de São João do Paraíso. Isso significa que esse aumento está acontecendo de forma muito rápida, principalmente nos Municípios que ficam na divisa com os Estados da Bahia e do Rio de Janeiro. Parece que os criminosos estão descendo para Minas Gerais, e é necessário que se faça uma ação constante, forte e vigorosa contra isso; do contrário, vamos continuar vendo em pequenas cidades roubos a bancos e crimes cometidos por pessoas vindas de outros Estados que acham que em Minas há impunidade. Não queremos que isso ocorra. Ora, São João do Paraíso é uma cidade de quase 30 mil habitantes e que tem apenas seis policiais militares. Assim, a criação desse pelotão da PM vai ser fundamental para proporcionar tranquilidade ao povo da cidade.

Por fim, vamos apelar ao Vice-Governador pela, como já é decisão do Governador, instalação da Copanor na região do alto Rio Pardo, na cidade de São João do Paraíso. A Copanor foi aprovada por esta Casa para atuar na zona rural, principalmente em Municípios pequenos ou distritos de até 5 mil habitantes, para garantir o tratamento da água para o consumo da população. Mas hoje a Copanor só atua no Jequitinhonha, no Mucuri, e a região do Norte de Minas que vai recebê-la experimentalmente serão os Municípios que compõem o alto Rio Pardo. Ora, São João do Paraíso é uma das cidades que precisam urgentemente da instalação da Copanor.

Fica, então, em meu pronunciamento, as minhas palavras de incentivo à população de São João do Paraíso e ao Prefeito Sousa, homem honesto, correto e competente, reeleito por grande maioria de votos.

Ele recebeu a Prefeitura em uma situação verdadeiramente triste, quando desta tribuna foram divulgados superfaturamento de notas, notas frias e obras fantasmas. Mas o Prefeito Sousa, mineiramente e calmamente, assumiu a Prefeitura há cinco anos e conseguiu reconstruir a cidade de São João do Paraíso. Tivemos avanços com o Processo, estradas asfaltadas, uma cidade com 100% de atendimento no PSF, a construção da Barragem do Peão, a maior obra dos governos federal e estadual no Norte de Minas, a Copanor e a instalação da comarca. Tudo isso foi feito com muita responsabilidade.

É por isso que, quando mostramos que os Prefeitos do Norte de Minas agem, na absoluta maioria, com responsabilidade e respeito com o dinheiro público, temos o orgulho e o prazer de defendê-los, assim como aos Prefeitos dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. São os piores IDHs de Minas Gerais, são as Prefeituras que menos recebem recursos e estão sofrendo horrores com essa crise que acomete o País e toda a população mundial. Os orçamentos das Prefeituras caíram lá embaixo e não conseguem sequer arcar com as folhas de pagamento, tendo que assumir, muitas vezes, funcionários dos governos federal e estadual e ajudar na manutenção da polícia. Mesmo assim, estão operando verdadeiros milagres em seus Municípios porque sabem aplicar o recurso público. Muitas vezes o recurso público é desviado, e não se tem consciência da sua utilização, como muitos Prefeitos que passaram por aí fizeram, em verdadeiros desmandos e trazendo tristeza e vergonha para a população. Mas muitos dos Prefeitos que assumiram há quatro anos estão fazendo grandes trabalhos em nossas regiões, principalmente no Norte de Minas.

É por isso que agradecemos ao Governador Aécio Neves e ao Prof. Anastasia, quando vão aos Municípios inaugurar obras e, mais do que levar obras, levam a esperança de que poderemos ter dias melhores, mais qualidade de vida para nossa gente, aumentando o IDH, trazendo celular, asfalto, saúde e educação. Por isso é que nesta tarde, ao homenagear São João do Paraíso, quero também trazer minhas homenagens a vários Prefeitos do alto Rio Pardo, de Ninheira, de Taiobeiras, de Rio Pardo de Minas, vários Prefeitos que estão administrando com consciência e responsabilidade. Obrigado.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, convidados e trabalhadores que nos acompanham, hoje, pela manhã, a Comissão de Participação Popular, em conjunto com a de Fiscalização Financeira, aprovou e deu publicidade às audiências públicas de monitoramento do PPAG. Pela primeira vez nesta Casa, houve um processo de monitoramento quadrimestral das ações dos projetos estruturadores do governo do Estado em parceria com a sociedade. Já temos um mecanismo de participação na formulação do PPAG: através de emenda popular, realizamos a revisão participativa do PPAG anualmente, e agora, também por sugestão popular, realizamos, de maneira inédita, essa audiência de balanço quadrimestral.

Por um motivo simples. Muitas vezes, quando chegamos à revisão anual, identificam-se ações e projetos com baixo desempenho, mas sem o tempo suficiente para que providências e correções sejam tomadas.

Nesse sentido, foi coroado de êxito o processo desenvolvido este ano. Para se ter uma ideia, ele contou com a participação aproximadamente de 140 entidades da sociedade, e 450 pessoas participaram dos grupos de trabalho. Dividimos esse trabalho por área de resultado e por projeto estruturador. Cada área de resultado e projeto estruturador foi apresentado por seu respectivo gerente. Agradeço o empenho também da Secretaria de Planejamento junto aos gerentes dos projetos estruturadores.

Gostaria de apresentar um pequeno balanço do que identificamos: das 361 ações que integram os 57 projetos estruturadores nas 11 áreas de resultados finalísticas do planejamento do Estado - educação, saúde, defesa social, qualidade ambiental, redução da pobreza e inclusão produtiva, desenvolvimento do Norte, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce e as várias áreas de resultado -, 51,2% não tiveram execução orçamentária no primeiro quadrimestre - portanto, execução orçamentária de 0% -; 36,8% tiveram execução orçamentária no intervalo entre 0% e 20%; 10,5% no intervalo entre 20% e 50%. No relatório são apresentadas justificativas pelos gestores, muitas vinculadas ao início do ano orçamentário - questão de realização de convênios, contratos, repasse de recursos para Municípios, licitações em andamento -, mas, evidentemente, devem ter ocorrido problemas de gestão em algumas dessas ações. O fato é que esse nível de execução não é uniforme. E nós aqui também apresentamos, como fizemos no relatório, uma discriminação, um balanço por área de resultado. Umás áreas foram até bem.

Destacaria aqui, como positivas, a área de logística e desenvolvimento - basicamente o programa Proprocesso tem relevância -; a área de resultado de educação, uma ação também continuada, que exige recurso, que é vinculado; qualidade ambiental. Essas áreas de resultado tiveram um desempenho na média ou um pouco acima da média.

Destacaria, como objeto de preocupação, a área de resultado do desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce. O percentual de 70,6% das ações constantes nos projetos estruturadores relacionados com essa área de resultado não saiu do papel. Lembrei-me aqui da intervenção do Deputado Arlen Santiago ontem, neste Plenário. Depois até repassarei esses dados ao Deputado da região. Parece-me que temos problema aí, não só os mencionados pelo Deputado Arlen Santiago, ontem, de utilização extemporânea e eleitoral de programas públicos. Não é este Deputado que está falando isso, foi o Deputado Arlen Santiago que fez essa denúncia ontem, em Plenário. O que venho dizer é que 70% das ações dessa área de resultado não saíram do papel.

Sabemos que o Norte de Minas, o Jequitinhonha, o Rio Doce e o Mucuri precisam de ações de maior fomento de desenvolvimento regional e social. E 65,8% das ações do programa Área de Resultados, Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva não saíram do papel.

É lógico que é início de ano, que esse é um balanço quadrimestral e que as justificativas foram apontadas, mas esse relatório foi encaminhado ao Governador do Estado, aos Secretários de Estado, aos Presidentes de comissões permanentes desta Casa, e será disponibilizado eletronicamente para todos os que participaram do processo. É uma forma de prestarmos contas. As 361 ações estão discriminadas com a execução do primeiro quadrimestre deste ano e do ano passado, para que seja realizada uma comparação com todos os argumentos apresentados pelos gestores e pela sociedade.

Deputado Alberto Pinto Coelho, queria dizer que, em Minas Gerais e no País, não há trabalho algum parecido com esse de monitoramento popular do planejamento público, realizado e coordenado por uma Assembleia Legislativa.

Gostaria de agradecer à Mesa o apoio para realizar esse trabalho, bem como às Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, por meio do Deputado Zé Maia e seus integrantes. Além disso, gostaria de fazer um agradecimento especial - aliás, faço questão de fazê-lo publicamente - aos servidores da Assembleia Legislativa que muito se têm empenhado. Depois queria que V. Exa. verificasse esse relatório de monitoramento, que é o primeiro construído nesta Casa com a participação popular e a presença dos gestores. Farei questão de encaminhá-lo a instituições públicas de monitoramento e de transparência. Os trabalhos foram preparados, realizados e concluídos em tempo recorde. Daqui a alguns dias esse relatório estará disponível, antes mesmo do recesso legislativo; já está à disposição nos meios eletrônicos. Portanto agradeço o empenho e a competência de todos os servidores da Assembleia e das entidades que participaram desse processo. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, com muita alegria ocupo a tribuna para tratar de um assunto muito relevante nesta última ou penúltima reunião deste semestre, visto que estaremos em recesso a partir da próxima semana.

Ao longo de 2007 e 2008, venho ocupando esta tribuna para falar sobre a necessidade de o governo do Estado preocupar-se com a logística do Nordeste e do Norte de Minas, visando a aproveitar as imensas jazidas de estanho, chumbo, albita, ferro, tório e lítio, enfim, uma série enorme de minérios mais pesados ou até estratégicos.

Sr. Presidente, confesso que em algum momento me senti quase que como um Dom Quixote esgrimindo com moinhos de ventos. Algumas pessoas até riam daquilo que eu dizia, da inexistência daquela riqueza que eu anunciava existir no subsolo do Nordeste e do Norte de Minas Gerais. Eu dava o meu testemunho como jornalista que fui na década de 70, visitando cidade por cidade da região, andando em cada estrada e vendo com meus próprios olhos a existência daquele manancial fantástico para ser utilizado no futuro.

Posteriormente, convidado que fui pelo Governador Eduardo Azeredo para ocupar um cargo no governo, fiz questão de escolher a Secretaria de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos exatamente porque naquela região, como sabe o meu colega companheiro de Montes Claros que me conheceu naquela época, o Deputado Carlos Pimenta, nós não tínhamos luz, energia instalada para expansão nem sequer de uma lâmpada ou um poste. Não tínhamos um estudo do nosso potencial mineral e nenhum projeto de recursos hídricos. Na Secretaria pude desenvolver um bom trabalho nessas três áreas.

Sr. Presidente, o que interessa hoje - e pedirei até ao "cameraman", meu amigo, para filmar aqui, como faz o meu amigo Deputado Weliton Prado, para checar aqui - é exatamente aquilo que venho dizendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desde 2007, em um trabalho que venho realizando desde 2003, na tentativa de mostrar ao governo a necessidade de se criar um sistema de logística para o aproveitamento mineral da região. Isso está aqui no jornal "o Tempo" de ontem: "Descoberto no Norte de Minas um imenso tesouro de minério".

Finalmente, posso tirar a roupa de Dom Quixote e mostrar que eu não dizia nenhuma asneira, quando pregava aqui, desde o meu primeiro discurso, a necessidade de se buscar uma infraestrutura logística para aproveitar a imensa riqueza mineral existente no Nordeste e no Norte de Minas Gerais.

E digo mais, Sr. Presidente, porque, no sonho de aproveitamento dessa riqueza, em Teófilo Otôni criamos um movimento para a Zona de Processamento de Exportação - ZPE -, hoje tornada realidade legal. Não é um fato ainda. Não existe a ZPE. Existe uma empresa controladora para implantar a ZPE. Há a legislação autorizativa para a implantação da ZPE. Temos tudo, mas não temos logística. A falta dessa logística é que prejudicava e prejudica o Nordeste e o Norte de Minas Gerais.

Veja aqui na primeira página do jornal "O Tempo" de ontem e numa página inteira do jornal, onde se mostram alguns detalhes dessa riqueza, desse imenso tesouro. Trata-se apenas do minério de ferro. E apenas de algumas pequenas jazidas. Vejam o que diz o texto dessa matéria: "A reserva descoberta pela Vale, pela Companhia Siderúrgica Nacional - CSN - e pela Votorantim, que fizeram o grupo chamado Novo Horizonte, a reserva estimada é de 12 bilhões de toneladas de minério de ferro. Apenas nos Municípios de Rio Pardo, Grão-Mogol e Salinas, sem estudar Porteirinha, Montezuma, Jenipapo de Minas, Chapada do Norte e as demais jazidas existentes. Considera-se apenas as jazidas existentes em três Municípios: Rio Pardo de Minas, Grão-Mogol e Salinas.

Vem a Vale, a CSN e a Votorantim e revelam os seus estudos, que eu já havia anunciado há cerca de dois meses aqui, inclusive os estudos de logística de um novo ramal ferroviário de Governador Valadares para Itaobim, com o objetivo de aproximação dessa área onde haverá a exploração. Esse estudo, Deputado Carlos Pimenta, foi feito pela Cofeminic.

A previsão da Votorantim é que o início da exploração se dará em 2011, daqui a dois anos. Essa jazida, que tem 12.000.000.000t de reserva, exigirá, para a sua exploração, somente nesses três Municípios, investimentos da ordem de R\$2.400.000.000,00, com 3 mil empregos diretos, apenas na jazida desses três Municípios. Os estudos indicam uma produção inicial de 20.000.000t por ano, podendo chegar a 50.000.000t por ano, apenas de minério de ferro, fora o estanho, o chumbo, o calcário e o caulim, que existem em nossa região para serem explorados. Hoje

isso me dá alegria, porque não sou mais o Dom Quixote. Aqui está a realidade. Os técnicos fizeram os estudos, e venho acompanhando, por baixo dos panos, o trabalho do Indi, desde que o Carlos Orsini lá estava, projetando a possibilidade da reconstrução da Estrada de Ferro Bahia-Minas, ligando Caravelas, na Bahia, a Araçuaí, exatamente para propiciar a existência de um trabalho logístico capaz de dar vazão à produção não só de minério, mas também do nosso magnífico parque granítico. Os granitos existentes em nossa região, especialmente na região de Itaobim e Medina, são considerados raríssimos. O Brasil exporta, por ano, cerca de 2.000.000t de granito e de rochas ornamentais, e somente Minas Gerais exporta 500.000t. São 400 carretas por dia, passando pelas estradas do Proaço, atrapalhando o nosso Proaço, porque não existe uma estrada de ferro.

A minha felicidade e a minha satisfação é que sei que V. Exa., Deputado Carlos Pimenta, também comunga comigo dessa alegria, a alegria dessa revelação, dessa notícia. Por causa disso, concedo-lhe um aparte.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero cumprimentá-lo por isso. Estamos no final do primeiro semestre, esperando o retorno dos Deputados para reiniciar os nossos trabalhos, mas ainda temos tempo para trocar algumas ideias e discutir o que V. Exa. está dizendo. V. Exa. está abordando um ponto crucial. O Norte de Minas, o Jequitinhonha e o Mucuri sempre foram considerados regiões pobres, mas, na verdade, são regiões empobrecidas. Quando ouvíamos falar de algumas ações em prol dessas regiões, eram das caravanas que iam até Brasília. Era a caravana do Jequitinhonha, do Norte de Minas, que chegava fazendo o maior auê, muito barulho, mas, na verdade, de concreto mesmo, nada levava para a região. São regiões extremamente ricas, porém sofridas, assoladas pelo sol e pela seca, mas também com muita água, que poderia ser acumulada e transformaria esse quadro perverso, como é o caso de Irapé. São regiões que têm uma riqueza incalculável no seu subsolo.

V. Exa. falava do Quadrilátero Ferrífero, que engloba a região de Rio Pardo de Minas, onde estarei amanhã, com o Vice-Governador, Antonio Anastasia, inaugurando o Proaço. Debajo desse Proaço, que engloba os Municípios de Rio Pardo, Salinas, Porteirinha e Riacho dos Machados, há uma reserva que é tão importante e tão monumental quanto o Quadrilátero Ferrífero, perto de Belo Horizonte, que promoveu um desenvolvimento muito grande. Quem opera o desenvolvimento em toda essa área, Deputado Getúlio Neiva - fico até sem entender -, é a Vale, uma empresa que poderia estar sendo comandada pelo governo federal. Digo isso porque os governos estadual e federal têm de entender que esse subsolo pertence à Nação, ao povo brasileiro e ao povo mineiro.

Eles retirarão o minério de ferro, que é de altíssima qualidade, dessa região. Precisamos lutar para que, ao retirarem as nossas riquezas, promovam, tragam qualidade de vida. Eles devem fazer a promoção da vida de nossa região.

Só um exemplo: existe uma localidade, meu caro Deputado Getúlio Neiva, chamada Peixe Bravo, que é um Distrito, um povoado do Município de Riacho dos Machados. Para ir de Riacho dos Machados a Peixe Bravo, da sede do Município ao Distrito, ao povoado - são 50Km -, não havia sequer estrada. O pessoal da Vale, para chegar a Peixe Bravo, estava passando pelos Municípios limítrofes, fazendo estrada para chegar lá, a fim de fazer a perfuração, a prospecção do minério.

Eu estava com a Prefeita Domingas nessa região, alguns anos atrás, assistindo a um jogo de futebol. No meio do jogo, um jovem de 15 anos sofreu um ataque cardíaco, caiu no meio do campo e morreu. Não foi possível fazer nada por ele. Começamos então a suspeitar da presença disseminada da doença de Chagas. Levamos um laboratorista de Montes Claros para lá e fizemos a colheita de sangue de 250 pessoas - jovens, adultos, pessoas idosas. Sabíamos que a doença de Chagas existia, mas não sabíamos, não tínhamos noção da sua extensão. Estou com os exames no meu gabinete: de 250 exames feitos, 236 deram positivo. Eles estão fazendo buraco em Peixe Bravo para verem a riqueza do subsolo e estão ignorando por completo o que se passa no solo. Estão ignorando a pobreza; o IDH, que não chega a 0,51; a falta de estradas; a falta de saúde; a falta de educação. Precisamos ter um cuidado muito grande. Queremos que as grandes empresas, que as "Vales" que existem por aí afora, que as companhias nacionais de siderurgia, enfim, que as grandes empresas mensurem a riqueza que existe no subsolo, que elas as retirem, deem emprego - é claro, porque isso é muito importante -, mas que também deem contrapartida, Deputado Getúlio Neiva. Aquela região é pobre demais, uma região esquecida, uma região que está sendo mudada agora, com o governo de Aécio Neves, com o Proaço, como o Pro-Hosp, com as ambulâncias, com os recursos na área da saúde. É a primeira vez que temos a presença do governo nessas regiões. Pediria ao Presidente que prorrogasse o prazo para que tenhamos mais tempo para conversar um pouco. Mas o que está ocorrendo é isso.

Na bacia do São Francisco, Deputado Getúlio Neiva, existe a maior reserva de gás natural do País, que está ali, saindo naturalmente, espontaneamente. Se você pegar um fósforo e riscar em alguns locais, o gás emanado transforma-se em uma chama. No pré-sal eles farão a exploração a 3.000m de profundidade, mas temos uma reserva de gás natural lá, em uma região quase do tamanho do Estado de Minas Gerais, porque avança nos Estados da Bahia e de São Paulo. É região riquíssima: Jaíba está exportando hoje 150 carretas por dia de frutas. Portanto queremos e temos direito à contrapartida.

Esse pronunciamento é importantíssimo. Eles retirarão o nosso minério? Retirarão, ninguém impedirá. Mas precisamos ter o cuidado da contrapartida. É preciso que a população seja atendida, porque são Municípios empobrecidos, que sobrevivem a duras penas. O Norte de Minas e os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri precisam dar esse grito de alerta, dar o grito de independência, precisam dizer: "Estamos aqui para servir o País, mas o País deve me servir".

As "Vales" que existem por aí vão lá, perfuram o nosso solo, ficam sabendo da nossa riqueza e a levam a custo de nada.

Poderíamos começar a chamar a atenção e chamar à responsabilidade os governos federal e estadual, para que eles fiscalizem o que será feito ali a partir de agora.

O Deputado Getúlio Neiva - Agradeço o aparte ao nobre colega Deputado Carlos Pimenta, que enobrece a minha fala. Nasci em Medina e me lembro bem de que, ainda criança, passeando na fazenda de meus tios em Tuparecê, enfiava o dedo no chão, abria um buraquinho, acendia um fósforo e a chama permanecia. O gás existe ali desde que eu era criança, e V. Exa. confirma aqui tudo o que tenho dito. Não sou um Dom Quixote: estou falando do que conheci na realidade da minha infância e, sobretudo, nas ações que tiver de empreender como Secretário Adjunto de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos.

Essa notícia veiculada no "O Tempo" confirma de forma clara que tudo o que digo desde o primeiro dia em que entrei para esta Casa é verdade: o Norte e o Nordeste de Minas não precisam de esmola, mas de investimento em infraestrutura e logística. Se tivermos a estrada de ferro, resolvemos sozinhos os nossos problemas, ampliando a nossa riqueza. V. Exa. sabe muito bem que somente com o ramal da FCA até Pirapora já quintuplicamos a produção de grãos na região. Ou seja, o que nos falta, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é oportunidade de trabalho, e essa oportunidade tem de ser concedida pelo governo ou com projetos governamentais que envolvam empresas, para que se coloque naquela região tão carente a infraestrutura. Somos uma região rica. Isso está dito aqui, não sou eu que digo: "Imenso tesouro de minério no Norte e no Nordeste de Minas Gerais". Finalmente alguém descobriu o que estou falando há 20 anos.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte)* - Obrigado, Deputado Getúlio Neiva. Os Deputados do Norte e do Vale são sempre muito solidários entre si na defesa dos interesses da região. Mas, considerando-me um Deputado vindo do Triângulo e sabendo da importância dessa região na construção da história e do desenvolvimento de Minas, sinto-me parte dos Deputados dessa região na luta pela emancipação do seu povo. Realmente, merece uma atenção especial, zelo e carinho esse pessoal que tem uma potencialidade enorme de criatividade nas áreas do

artesanato, da música, enfim, da criação humana.

Recentemente, realizamos nesta Assembleia uma audiência pública para debater o PPAG, e, na análise e no acompanhamento desse Plano, vimos que, embora haja ações estruturadoras muito importantes por parte do governo do Estado, como o Proacesso e investimentos em infraestrutura, o que mais carece de investimento ainda é o povo. E o povo do Jequitinhonha merece muito investimento também na educação e na proteção à saúde. Aliás, pedi este aparte exatamente para tratar dessa questão, levantada aqui pelo nobre Deputado Carlos Pimenta. Não é aceitável em nosso tempo que as pessoas continuem adoecendo desnecessariamente, fora do contexto do desenvolvimento humano. Temos tudo para não deixar essas pessoas ficarem doentes nem infectadas. Não é possível admitir que isso ocorra no Estado de Minas Gerais, que já recebeu, parece-me que em 2000, um título em virtude de aqui a doença de Chagas já não ser transmitida pelo barbeiro. Mas me parece que isso já não é verdadeiro, o que é extremamente preocupante. É preciso uma ação de vigilância cotidiana, permanente, para que isso não seja um ato de papel, mas uma verdade prática. Os jovens, as crianças e os trabalhadores de qualquer região deste Estado não merecem adoecer desse modo. É preciso uma atenção especial a isso; é preciso investir na saúde. Não se pode admitir que o governo, por diversas razões, justifique aplicações da saúde em outros setores que também são importantes. Quem investe em educação, na Copasa, no Proacesso está, sim, investindo em saúde, mas é importante que se invista também estritamente no setor da saúde, para não deixar as pessoas ficarem doentes, infectadas, adoecidas desnecessariamente.

Então, quero compartilhar sua reflexão. Temos imensas riquezas, enormes potencialidades que precisamos explorar, mas colocando-as a serviço do bem-estar do povo de Minas Gerais. Agradeço muito a oportunidade de poder compartilhar este momento com V. Exa. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Ilustre Deputado Adelmo Carneiro Leão, é verdade, somos muito pobres dormindo em cima de um pote de ouro, uma riqueza imensa.

Antes de conceder aparte ao nobre colega Deputado Irani Barbosa, gostaria de ler parte do texto publicado ontem pelo jornal "O Tempo": "Um complexo de mineração do porte que está sendo planejado pela Votorantim, CSN e Vale, com mina, usina, ferrovia ou mineroduto e porto gera de 5 mil a 10 mil novos postos de trabalho, contando empregos diretos e indiretos. A área tem dimensões que a colocam entre as maiores do mundo, conforme comenta Renato Ciminelli, gerente executivo do polo de mineração e metalurgia".

A logística é absolutamente necessária, e não a temos. A minha grande queixa desde que cheguei e a minha peroração é a favor de se estabelecer um critério de trabalho do governo do Estado para fazer com que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico não fique apenas falando em circuitos disto e daquilo. É preciso projetar o crescimento econômico da região.

Temos, sim, doença de Chagas. Ainda nesta semana, procurei o novo Presidente da Cohab para lhe dizer que Minas tem que fazer reverter esse quadro, construindo casas na zona rural, em Distritos e povoados, ao contrário do projeto Minha Casa, Minha Vida, que é apenas para cidades com mais de 50 mil habitantes. Precisamos trocar aquelas choças por casas verdadeiras na zona rural, para que não haja proliferação da doença de Chagas. Nasci na região onde há doença de Chagas, e 70% da população tinha essa doença. Falaram que foi erradicada, mas não foi. Está aí o testemunho do Deputado Carlos Pimenta, que mostrou que, de 250 jovens, mais de 230 estavam infectados pela doença de Chagas em nossa região.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Deputado Getúlio Neiva, a fala de V. Exa. nos faz refletir sobre a importância da questão ferroviária em Minas Gerais. Agora o governo federal criou uma linha ferroviária ligando o Distrito Federal ao Sul da Bahia, passando exatamente por fora do Estado de Minas Gerais. Parece que não temos prestígio, talvez seja a proximidade da eleição, estando nosso Governador cotado para ser o próximo Presidente da República. Talvez isso tenha feito o governo federal desviar a ferrovia de Minas Gerais.

Não é só esse o caso. A Cemig fez um grande investimento quando construiu a Usina de Aimorés em parceria com alguns compadres, que depois venderam o resto da sua participação para a Vale do Rio Doce. Isso nos deixou uma preocupação muito grande, porque impediram a navegabilidade do Rio Doce, uma das vias opcionais que poderíamos ter para escoar as riquezas de Minas Gerais. A ferrovia que liga Belo Horizonte à região de Viçosa poderia chegar à cidade de Campos e ser reativada, mas o desprestígio de Minas Gerais com o governo federal não permite isso.

E assim vão algumas coisas, que envolvem também a corrupção. Tempos atrás o meu amigo Clésio Andrade - eu trabalhava de motorista com o pai dele quando tinha apenas três ônibus -, depois do salto de ser Presidente do Sindicato de Transporte Coletivo de Belo Horizonte e de uma associação quase de mentira, a NTU, conseguiu dar o tombo em alguns empresários do Brasil e ser Presidente da CNT. Através de muita propina, conseguiu criar um órgão chamado Sest/Senat.

Logo depois, esse mesmo empresário, Clésio Andrade, que era trocador no ônibus em que eu era motorista, compra parte da Ferrovia Centro-Atlântica. Maravilha! Nossa Senhora, que coisa boa! Arrumou dinheiro, ninguém sabe onde. Normalmente, o dinheiro dele é roubado, pois ele arruma dinheiro roubado em todos os lugares. De repente, ele vira sócio da Ferrovia Centro-Atlântica, que hoje é essa farsa. Depois ele vendeu a sua participação, por alguns milhões de dólares, para o Banco do Daniel Dantas, como testa de ferro da Vale do Rio Doce. Mas parece que, em Minas Gerais, isso não atíça a curiosidade de ninguém.

O Clésio Andrade, apesar de ladrão, é meu amigo. O que podemos fazer? Existe amigo ladrão, amigo veado, amigo de todo jeito, e temos de respeitar a opção de cada um. Veja bem, V. Exa., no dia da eleição do Conselheiro do Tribunal de Contas, merecidamente eleito o Deputado Sebastião Helvécio, achei interessante porque circulava, na Casa, o Deputado Weliton Prado, de braços dados com o assessor do Clésio Andrade, pedindo votos para o Deputado Sebastião Helvécio. Solicitaria ao Presidente para pedir que essas fitas sejam reservadas, para passarmos aqui, em Plenário, para vermos a peregrinação do Deputado Weliton Prado, andando para todos os cantos. Alguns dizem que comprando voto, outros dizem que ameaçando o Clésio a entregar alguns documentos que ele teria a respeito do governo do Estado, o que acho ser mentira, porque o Clésio sempre foi um blefe. É um homem que não sabe o que quer da vida. Conseguiu a vaga para sua mulher no Tribunal de Contas, não sabemos se até sob chantagem - isso é perigoso para a história de Minas Gerais -, mas estamos nos aprofundando no assunto para saber se foi chantagem e como foi. Do mesmo jeito que vemos hoje o Governador refém de um líder de seu governo, que participou do saque do nosso fundo de pensão, Iplemg. Roubou mais de R\$100.000.000,00, com outros parceiros. Curiosamente, foi ele que intercedeu na eleição do Sebastião Helvécio para o Clésio Andrade, com o porta-voz Weliton Prado, nesta Casa. Interessante que o Clésio Andrade era sócio da SMP&B, da qual o Deputado Mauri Torres foi avalista para sacar o dinheiro para comprar o apartamento da sua nova esposa, no portal dos marajás. Vejam a ligação. E vemos o intrincamento desse impedimento da construção de ferrovias em Minas Gerais. V. Exa. está de parabéns. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Agradeço ao nobre Deputado Irani Barbosa e tento voltar ao tema.

Em verdade, senhoras e senhores, Sr. Presidente, a minha alegria é muito grande. Pela primeira vez, tenho o reconhecimento da existência dos fatos que eu revelava aqui, no meu jornalzinho "Ação Parlamentar", na rádio e na televisão da minha cidade, quando falava da necessidade do retorno da Estrada de Ferro Bahia-Minas. Na semana passada, comentei aqui também que estamos perdendo o bonde da história. Enquanto não agimos para voltar com a Estrada de Ferro Bahia-Minas ou com qualquer ferrovia que adentre o território do Norte de Minas e do Nordeste mineiro, a Bahia já estava trabalhando para construir uma ferrovia de Ilhéus a Brasília, com o respaldo, é claro, do governo federal. E não

prospectamos, esperamos que empresas interessadas nos minérios venham a revelar que trabalharão para fazer uma ferrovia ou um mineroduto para levar todo esse imenso tesouro de minério descoberto no Norte e no Nordeste de Minas. "Descoberto" é a única palavra errada que há nesse jornal. Sabemos que ele está lá há muito tempo. Até denunciei aqui, Sr. Presidente, que tudo indicava que aquela região estava sendo guardada pelo governo do Estado, com a conivência do governo federal, como reserva para o futuro.

Lembro-me muito bem de que Aureliano Chaves, quando Ministro, tentou fazer indústria de polpa de celulose e estimular o plantio de eucalipto no Norte e no Nordeste de Minas e não conseguiu. Lembro-me muito bem das tentativas de alguém.

Aí, posso até dizer que, quando era dirigido por Carlos Orsini, o Indi trabalhava esse projeto de se fazer um polo de celulose, de granito e de ferro-gusa na região Nordeste de Minas, mas simplesmente foi desestimulado de continuar na Presidência daquele órgão e hoje presta serviço para a Vale do Rio Doce. Aliás, a mesma Vale do Rio Doce que se juntou à CSN e à Votorantim para explorar os minérios. Estamos trabalhando com essa ideia desde 2003.

Portanto, Sr. Presidente, aqui vai a demonstração da minha satisfação. Os fatos revelam que Getúlio Neiva não é Dom Quixote nem está esgrimindo com moinhos de vento e trabalhou a vida inteira com realidade e conhecimento próprio daquele território, na certeza de que, se o governo, estadual ou federal, não quis, os empresários já farão o processo de desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 20/7/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Durval Ângelo

exonerando, a partir de 27/7/09, Edmar Rosa Sobrinho do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;

exonerando, a partir de 27/7/09, Márcia Andréa Rodrigues Ferreira do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

exonerando, a partir de 27/7/09, Nelson Alexandre de Paula do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 27/7/09, Nereu Nunes Pereira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

exonerando, a partir de 27/7/09, Wytamar de Oliveira Elias do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Edmar Rosa Sobrinho para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;

nomeando Márcia Andréa Rodrigues Ferreira para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas;

nomeando Nelson Alexandre de Paula para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

nomeando Nereu Nunes Pereira para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

nomeando Wytamar de Oliveira Elias para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas.

ATO DA PRESIDÊNCIA

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 240 do Regimento Interno, c/c o art. 78, § 1º, inciso II, da Constituição do Estado, nomeia o Deputado Sebastião Helvécio para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em virtude de sua eleição para esse cargo, conforme publicação no "Minas Gerais - Diário do Legislativo", edição de 16/7/2009.

Palácio da Inconfidência, 24 de julho de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.